

Capítulo 1

A cidade e a sua morfologia urbana

1.1 A cidade

Teresa Barata Salgueiro, no seu livro “A cidade em Portugal”, começa por afirmar que a “*cidade* refere-se a um aglomerado populacional que a dada altura foi elevado a esta categoria por uma entidade político-administrativa (Rei ou Parlamento)”¹⁹. Mais à frente lembra que “tradicionalmente para a Geografia cidade é uma forma de povoamento” e que “a cidade é uma entidade individualizada com certa dimensão e densidade onde se desenrola um conjunto expressivo e diversificado de actividades”²⁰.

A *cidade* não é apenas um título, uma qualificação. Também não é só “uma forma de povoamento”²¹; um espaço destinado à produção e à distribuição de bens e serviços ou, ainda, “um modo de vida”²². É antes de tudo “o espaço produzido resultante do meio físico e da acção humana, que participou no nascimento e desenvolvimento urbano e oferece agora, à cidade contemporânea, um quadro susceptível de ser modificado e de pesar, por sua vez, na cidade numa longa sequência de pontos e contrapontos nunca

¹⁹ Salgueiro, T. (1992). A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana. Porto: Edições Afrontamento, pág. 19.

²⁰ Idem, *op. cit.*, pág. 26.

²¹ Entendida como forma de ocupação do território.

²² Pois o *modo de vida urbano*, sendo um produto da cidade, não é exclusivo desta. (*Ibidem*)

interrompidos”²³, ou seja, é o produto acumulado das características do lugar e de sucessivas decisões de diferentes actores, com objectivos e recursos diversos, que ao longo do tempo se vão influenciando mutua e continuamente pelas suas decisões.

A cidade é o resultado de uma relação íntima entre o lugar²⁴ e o espaço²⁵, um palco de transformações e interações de apropriação e de memórias dessas mesmas apropriações.

Em cada cidade existe um “antes” e um “depois”, daí que ela seja a síntese de vários momentos. De um modo geral o sítio²⁶ mantém-se, alterando-se a forma, o desenho urbano. Em consequência, hoje os sítios são uma síntese de vários momentos da história, com permanências, sem que no entanto ocorra um corte epistemológico com o passado.

A sua forma é apenas a forma de “um momento” da cidade. A forma urbana, tal como diz J. Lamas, não só depende da sociedade que a produz e das condições históricas, sociais, económicas e políticas em que a sociedade gera o seu espaço e o habita²⁷, mas também “de teorias e posições culturais e estéticas” de quem as idealiza e constrói²⁸. Nesta perspectiva a cidade é um organismo

²³ Beaujeu-Garnier, J. (1980). Geografia urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pág. 37.

²⁴ Entendido como espaço social, dado que é um espaço transformado ao longo da história de determinada formação social (Prof. Teresa V. Heitor).

²⁵ Enquanto suporte físico das áreas construídas e livres de um aglomerado.

²⁶ Relacionado com o espaço geográfico, o sítio é, segundo Jacqueline Beaujeu-Garnier, “o lugar preciso da implantação inicial da cidade” (*op. cit.*, pág.94), ou como define Aldo Rossi (Rossi, A. (1966). A arquitectura da cidade. Lisboa: Edições Cosmos, pág. 84), “a área sobre a qual surge uma cidade; a superfície que ela realmente ocupa”.

²⁷ Lamas, J. M. R. G. (2004). Morfologia urbana e desenho da cidade. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pág. 31.

²⁸ *Ibidem*.

vivo, um artefacto arquitectónico e humano em constante transformação, que cresce sobre si própria.

A leitura da cidade torna-se assim complexa. J. Lamas escreve que a primeira leitura da cidade será sempre ao nível “físico-espacial e morfológico”, pois só esta pode mostrar a singularidade de cada espaço e de cada forma, e ainda “explicar as características de cada parte da cidade”. Afirma, ainda, que a esta primeira leitura juntam-se necessariamente outras que vão dar a conhecer diversos conteúdos – históricos, económicos, sociais e outros. No entanto, salienta que este “conjunto de leituras só é possível porque a cidade existe como facto físico e material” e que “todos os instrumentos de leitura lêem o mesmo objecto – o espaço físico, a forma urbana”²⁹.

1.2 A morfologia urbana

A morfologia urbana, segundo o livro *Espace Urbain – vocabulaire et morphologie*, é:

*Étude de la forme physique de l'espace urbain, de son évolution en relation avec les changements sociaux, économiques et démographiques, les acteurs et les processus à l'oeuvre dans cette évolution.*³⁰

Tendo em atenção esta definição e seguindo o raciocínio de J. Lamas³¹, poder-se-á então utilizar o termo *morfologia* para designar o estudo da estrutura e da configuração exterior de um objecto. Ou seja, a morfologia enquanto “ciência que estuda as formas e as interliga com os fenómenos que lhes deram origem”.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Gauthiez, B. (2003). Espace urbain – vocabulaire et morphologie. Paris: Monum, Éditions du patrimoine, pág. 110.

³¹ J. Lamas, *op. cit.*, pág. 37.

Nesta perspectiva, Lamas afirma que a “morfologia urbana irá estudar essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana³² e a sua estrutura”³³.

Assim sendo, e ainda segundo José Lamas³⁴, “a morfologia urbana é a disciplina que estuda o objecto – a forma urbana – nas suas características exteriores, físicas, e na sua evolução no tempo”. Ou seja, é o estudo da forma do meio urbano tendo em atenção os seus elementos morfológicos, a sua génese e transformação no tempo. Contudo, Lamas sublinha que “um estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenómenos sociais, económicos e outros, motores da urbanização. Estes convergem na morfologia como explicação da produção da forma, mas não como objecto de estudo”. Esse estudo deve no entanto ocupar-se dos elementos morfológicos da cidade e da sua articulação entre si e com os lugares que constituem o espaço urbano. Lamas afirma, ainda, que um estudo da morfologia urbana não só tem que ter em atenção os “momentos de produção do espaço urbano”, como também identificar esses mesmos momentos e as suas inter-relações.

José Lamas acaba por salientar que, ao longo da história, a produção do espaço urbano foi o resultado, não só, de regras legais e de convenções sociais, mas também do modo como as várias partes ou elementos da cidade foram organizados e combinados, ou seja, do seu desenho urbano. E que, só mais recentemente, houve a preocupação de planificar e programar as quantidades (densidades, fluxos, volumetria, ...), as utilizações (uso do solo) e as

³² *Paisagem urbana* enquanto parte de um território ou país que a natureza apresenta ao observador, portanto no sentido da descrição dos aspectos exteriores de uma realidade.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Idem, op. cit.*, pág. 38.

localizações, o que, “de um modo geral, precederá o desenho urbano”.³⁵

Pelo que em cima ficou dito, podemos afirmar que a morfologia urbana é o estudo da evolução das formas

urbanas, tendo em atenção o desenvolvimento urbano³⁶ e a “reutilização”³⁷ das partes da cidade.

1.2.1 A forma urbana e a sua análise

A palavra *forma* pode significar:

1. s.f. conjunto dos limites exteriores de um objecto ou de um corpo que lhe conferem um feito, uma configuração ou uma determinada aparência; feito; formato;

(...).

Dicionário PRO de Língua Portuguesa, Porto Editora

Neste sentido, a *forma* de um objecto refere-se à sua configuração ou aparência exterior, o que implica apenas uma “leitura - visual - exterior, que não revelará certamente todos os conteúdos da forma”³⁸. Contudo, José Lamas afirma que à *morfologia urbana* não interessa apenas esta leitura visual, interessa sobretudo aquilo a que designa por “a leitura da cidade como facto arquitectural”³⁹. Segundo este autor, “a construção do espaço físico [da cidade] passa necessariamente pela arquitectura”, correspondendo assim a noção de forma urbana “ao meio urbano

³⁵ Idem, *op. cit.*, pág. 39.

³⁶ Entendido como o “conjunto de processos que conduzem ao crescimento das cidades, por expansão ou por alterações no seu interior” (J. Lamas, *op. cit.*, pág. 111)

³⁷ “Reutilização” resultante de opções administrativas ou de particulares que não só alteram o uso, como também modificam a forma. (J. Lamas, *op. cit.*, pág. 112)

³⁸ J. Lamas, *op. cit.*, pág. 41.

³⁹ *Ibidem*.

como arquitectura, ou seja, um conjunto de objectos arquitectónicos ligados entre si por relações espaciais”. Onde a arquitectura, segundo a opinião deste autor, é “a chave da interpretação correcta e global da cidade como estrutura espacial”⁴⁰.

Mas será de facto a arquitectura a chave da interpretação da cidade como estrutura espacial? Será ela a única ferramenta correcta e global?

Bruno Zevi, no livro *Saber ver a arquitectura*⁴¹, define a arquitectura “como uma grande escultura escavada, em cujo interior o homem penetra e caminha”, salientando mais à frente que a arquitectura provém “do vazio, do espaço encerrado, do espaço interior em que os homens andam e vivem”, e acrescenta que “o espaço interior (...) é o protagonista do fato arquitetônico”⁴². Diz, ainda, que “tudo o que não tem espaço interior não é arquitectura”⁴³, mas que “a experiência espacial própria da arquitectura prolonga-se na cidade, nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado vazios, isto é, tenha criado espaços fechados”⁴⁴.

Uma vez que a cidade é constituída por espaços interiores, “definidos perfeitamente pela obra arquitetônica”, e por espaços “exteriores ou urbanísticos, encerrados nessa obra e nas contíguas”⁴⁵, a construção do seu espaço físico resulta da sua arquitectura⁴⁶.

⁴⁰ *Ibidem*.

⁴¹ Zevi, B. (1984). *Saber ver a arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, pág. 17.

⁴² *Idem, op. cit.*, pág. 18.

⁴³ *Idem, op. cit.*, pág. 24.

⁴⁴ B. Zevi justifica deste modo: “(...) todo o espaço urbanístico, tudo o que é visualmente limitado por cortinas, quer sejam muros, fileiras de árvores ou cenários, é caracterizado pelos mesmos elementos que distinguem o espaço arquitetônico.” (*op. cit.*, pág. 25)

⁴⁵ B. Zevi, *op. cit.*, pág. 25.

Esta ideia é corroborada por Aldo Rossi, quando afirma que a “forma [da cidade] resume-se na arquitectura da cidade”, podendo esta ser entendida como “um grande manufacto, uma obra de engenharia e de arquitectura (...) que cresce no tempo”, ou como “factos urbanos caracterizados por uma arquitectura e, portanto, por uma sua forma”. No entanto, este autor reconhece que “a arquitectura não representa senão um aspecto de uma realidade mais complexa”⁴⁷.

É importante ter presente que a cidade não só é uma estrutura espacial, onde necessariamente existe uma relação entre os elementos que a constituem e o seu espaço, como também o resultado da sociedade que a produz e das condições históricas, sociais, económicas e políticas em que essa sociedade gera o seu espaço e o habita. Deste modo a apropriação social e cultural do espaço da cidade determina também a sua forma. Quando se analisa a forma urbana⁴⁸ é fundamental falar de dimensão⁴⁹ e de escala, uma vez que, como afirma J. Lamas, “a compreensão e concepção das formas urbanas ou do território coloca-se a diferentes níveis, diferenciados pelas unidades de leitura e de concepção”⁵⁰.

⁴⁶ Arquitectura entendida como disciplina produtora do espaço.

⁴⁷ Rossi, A. (1966). A arquitectura da cidade. Lisboa: Edições Cosmos, pág. 43.

⁴⁸ Independentemente de ser a “forma física” de uma praça, de uma rua ou de uma cidade ou, ainda, a “composição de diferentes unidades espaciais e elementos morfológicos” (J. Lamas, *op. cit.*, pág. 73).

⁴⁹ J. Lamas (*op. cit.*, pág. 73 e 74) considera existir três dimensões espaciais na morfologia urbana: a dimensão sectorial – a escala da rua; a dimensão urbana – a escala do bairro e a dimensão territorial – a escala da cidade. É importante aqui referir que esta classificação das dimensões espaciais na morfologia urbana apoia-se, como afirma Lamas (*op. cit.*, pág. 75), nas classificações de J. Tricart e de A. Rossi, os quais consideram haver três escalas: uma a nível da rua; outra a nível de bairro e uma última a nível da cidade.

⁵⁰ Idem, *op. cit.*, pág. 73.

Depreende-se, assim, que a leitura da cidade e do território deverá ser feita simultaneamente a diversas dimensões e escalas, ou seja, em diversos níveis.

No presente estudo, em que nos propomos a analisar a *morfologia urbana da cidade do Funchal e os seus espaços públicos estruturantes*, a partir de elementos de trabalho e de compreensão do espaço como a cartografia e a iconografia, optamos por trabalhar fundamentalmente com duas dimensões, a que J. Lamas⁵¹ designa por “dimensão territorial”⁵² e por “dimensão urbana”⁵³. A primeira à escala da cidade e a segunda à escala do bairro.

A utilização destas dimensões e escalas dá a liberdade para seguir um método de análise que permite realizar aproximações sucessivas, que nos leva do geral ao particular e vice-versa, sem no entanto chegar ao detalhe que a “dimensão sectorial”⁵⁴ propõe. As mudanças de escala – mais dilatadas e abrangentes ou mais diminutas e detalhadas – vão contribuir para o enriquecimento do trabalho através da introdução de novas informações sobre os elementos morfológicos, ou seja, as partes físicas exteriores do espaço urbano.

⁵¹ Idem, *op. cit.*, pág. 74.

⁵² *Dimensão territorial* - “Nesta dimensão a forma estrutura-se através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si. A forma das cidades define-se pela distribuição dos seus elementos primários ou estruturantes: o macrossistema de arruamentos e os bairros, as zonas habitacionais, centrais e produtivas, que se articulam entre si e com o suporte geográfico.” (J. Lamas, *op. cit.*, pág. 74)

⁵³ *Dimensão urbana* - “É a partir desta dimensão, ou escala, que existe verdadeiramente a área urbana, a cidade ou parte dela. Pressupõe uma estrutura de ruas, praças ou formas de escalas inferiores. Corresponde numa cidade aos bairros, às partes homogêneas identificáveis, e pode englobar a totalidade da vila, aldeia, ou da própria cidade.” (*Ibidem*)

⁵⁴ *Dimensão sectorial* - “Será a mais pequena unidade, ou porção de espaço urbano, com forma própria (uma rua, uma praça).” (J. Lamas, *op. cit.*, pág. 73)

Assim, cada uma das dimensões e escalas acima mencionadas vai permitir fazer leituras diferentes dos diversos elementos morfológicos⁵⁵. Enquanto na dimensão territorial, ou escala urbana, “os elementos morfológicos identificam-se com os bairros, as grandes infra-estruturas viárias e as grandes zonas verdes relacionadas com o suporte geográfico e as estruturas físicas da paisagem”, na dimensão urbana, ou escala de bairro, “são os traçados e praças, os quarteirões e monumentos, os jardins e áreas verdes” que são identificáveis⁵⁶.

Neste estudo privilegiamos fundamentalmente os seguintes elementos morfológicos: o solo, entendido como a topografia, ou seja, como o suporte geográfico preexistente e o traçado/a rua, que liga os vários espaços e partes da cidade e que se relaciona directamente com a formação e crescimento da cidade.

É claro que quando analisamos a topografia, o traçado e a rua inevitavelmente estão associados a estes outros elementos morfológicos, nomeadamente as praças, os quarteirões, os monumentos, os jardins e as áreas verdes, aos quais também daremos a devida atenção.

Na realidade, para o habitante da cidade, enquanto “homem da rua”, a cidade é vista a partir de fragmentos. Nos seus percursos diários ele passa pelas ruas, atravessa diferentes espaços da cidade, descansa nas praças e nos jardins. São estes os elementos morfológicos que o transeunte apreende quando circula pela cidade.

Só quando olhamos a cidade “de cima” é que temos uma noção do todo, e por conseguinte da continuidade do espaço, daí a utilidade da cartografia urbana no estudo da cidade. O urbanista ao intervir na cidade tem necessariamente que ter estas duas

⁵⁵ A identificação destes diferentes elementos morfológicos no espaço urbano varia de acordo com a dimensão ou escala escolhida para a análise.

⁵⁶ José Lamas, *op. cit.*, pág. 110.

perspectivas – a do cidadão que percorre a cidade a pé ou de carro e a do especialista que observa a cidade através da cartografia ou dos planos. A cidade é o resultado de um conjunto de fragmentos os quais só têm coerência se forem pensados e integrados num espaço maior que é a própria cidade.

1.2.2 Os espaços públicos urbanos

Para o urbanista os *espaços públicos urbanos* são espaços exteriores, livres e abertos, com zonas públicas, movimento e actividades.

O autor do livro *Espace Urbain – vocabulaire et morphologie*⁵⁷ faz a distinção entre “espaço público” e “espaço público livre”, salientando que é este último que o urbanista apreende.

Vejamos as definições que nos apresenta:

Espace public – Il est formé des espaces libres publics, pouvant être couverts d'un vert dense ou arboré et généralement affectés à des usages publics, et de ce qui est visible depuis ces espaces. Il comprend donc pour partie le paysage urbain et les façades formant interface entre l'espace public et l'espace privé de l'intérieur des bâtiments. Il peut être souterrain.

Espace libre public – Espace libre accessible au public et généralement de propriété publique.

Nesta perspectiva, enquanto o “espaço público” corresponde, no caso de uma praça ou de uma rua, ao seu espaço livre e ao cenário arquitectónico que o envolve, ou seja, ao conjunto dos seus elementos construídos e não construídos, o “espaço público livre” tem apenas em atenção os arranjos da via pública e a iluminação.

⁵⁷ B. Gauthiez, *op. cit.*, pág. 348.

Os espaços públicos englobam uma diversidade de lugares, de onde se destacam os parques, jardins, avenidas, ruas, praças, largos, praças e frentes de mar e de rios. Estes encontram-se interligados formando uma rede de percursos que atravessam a cidade, não só estruturando o meio envolvente como também dando-lhe continuidade. Além disso, cada um deles apresenta funções, formas, dimensões, arquitectura e valor patrimonial distintos, constituindo uma referência na cidade, que contribui para enriquecer e dar vida à própria urbe.

A cidade foi ao longo da história, como nos lembra Jan Gehl e Lars Gemzøe, espaço de encontro e reunião de pessoas, lugar de troca de informação e de bens e serviços, local de cultura e de diversão. Foi, ainda, “a via pública que proporcionava acesso e conectava os vários usos da cidade”⁵⁸.

Segundo este ponto de vista, os espaços públicos são lugares de encontro, de comércio e de circulação, que oferecem e asseguram uma multiplicidade de usos. No entanto, verificamos que hoje, ao contrário do passado, há uma tendência para uma separação e diversificação desses usos, que nos são assegurados por uma “rede contínua” de espaços públicos que se estendem por toda a cidade.

Embora o uso tradicional destes espaços se mantenha, constituindo desta forma uma herança que nos foi legada e que transmite parte da identidade da cidade, a verdade é que novas funções e usos têm surgido. Hoje, os espaços públicos constituem importantes lugares de lazer, de passeio, de descanso, de cultura, de práticas desportivas ou, ainda, áreas de preservação ambiental.

Verifica-se, no entanto, que alguns espaços públicos da cidade contemporânea têm vindo a ser alvo de um distanciamento

⁵⁸ Gehl, J. e Gemzøe, L. (2002). *Novos espaços urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, pág. 10 e 13.

por parte dos seus utilizadores não só porque “o tráfego de veículos e os estacionamento usurparam gradualmente espaço nas ruas e praças”⁵⁹, mas também porque o ruído e a poluição os invadiram.

Além disso, como afirma Camillo Sitte, a excessiva regularização urbana, com tudo dividido em blocos isolados (casas, praças, jardins) e circunscrito pelo traçado das ruas, sem arte e beleza, torna os diferentes espaços da cidade tristes e monótonos, afastando as pessoas.⁶⁰

Na obra *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*⁶¹, Camillo Sitte apresenta princípios e métodos de execução para a construção de cidades com qualidade urbana, semelhante à da cidade antiga. Verifica-se que quando este autor se refere à construção e/ou intervenções em praças, ruas e jardins, reforça frequentemente a necessidade de haver um “efeito de conjunto”, ou melhor, um “efeito artisticamente coeso”⁶² salientando que para tal é necessário ter em atenção determinadas regras, de onde destaca a disposição harmoniosa dos diferentes elementos desse espaço, sobretudo daqueles “que podem ser vistos simultaneamente”; a relação entre a dimensão desses mesmos elementos, que deverá ser proporcional; a necessidade de existir obras de arte e de áreas verdes, localizadas sobretudo nos lados desses espaços, libertando desta forma as áreas centrais para “espaços de lazer tanto para crianças quanto para adultos”; evitar

⁵⁹ Idem, *op. cit.*, pág. 14.

⁶⁰ Esta é uma ideia que Sitte faz passar ao longo de toda a sua obra, *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*, a qual apesar de ter sido escrita em 1889 continua a ter uma leitura muito actual. (Sitte, C. (1889). A construção das cidades segundo seus princípios artísticos. São Paulo: Editora Ática., pág. 94, 95, 100, 110)

⁶¹ C. Sitte, *op. cit.*, pág. 145 – 160.

⁶² Idem, *op. cit.*, pág. 149.

praças com “um terreno aberto em todas as direcções, sem fechamento algum, sem nenhuma coesão dos efeitos artísticos”.⁶³

Sitte alerta ainda para a questão do trânsito nas ruas, considerando que é um factor de opressão do espaço, e como tal deverá ser transferido “para um lugar onde ele não incomode, mas que seja útil”. Para atrair pessoas às praças, o autor sugere a construção de edificações para diferentes actividades culturais, cafés e restaurantes. Defende que cada praça, com dimensões não muito grandes e com lugares para monumentos e o verde, deverá ter a sua própria identidade contribuindo, desta forma, para a diversidade da imagem urbana.⁶⁴

Fala ainda da importância do verde e da água na cidade, defendendo que a sua introdução no meio urbano não só tem benefícios para a saúde, como também para a “êxtase do espírito” que encontra repouso nestes espaços naturais espalhados pela cidade⁶⁵. Relativamente à sua introdução na cidade, Sitte diz que, tal como as praças, estes devem estar em harmonia com o espaço envolvente, uma vez que pode ocorrer um “incômodo conflito estilístico” entre o realismo da natureza e o idealismo de certas edificações⁶⁶. Além disso, à semelhança das cidades antigas, os espaços naturais devem ter um tamanho pequeno e estar espalhados por entre os edifícios da cidade.

Segundo Camillo Sitte, para além dos pequenos jardins que constituem verdadeiros lugares de repouso⁶⁷, a permanência de “velhas e solitárias árvores” ou de pequenos grupos de árvores na cidade, por exemplo no canto de uma praça ou no desvio de uma

⁶³ Idem, *op. cit.*, pág. 150-153.

⁶⁴ Idem, *op. cit.*, pág. 153-160.

⁶⁵ Idem, *op. cit.*, pág. 167.

⁶⁶ Idem, *op. cit.*, pág. 108.

⁶⁷ Idem, *op. cit.*, pág. 109.

rua, formam igualmente agradáveis recantos com sombra que convidam ao descanso⁶⁸.

Sitte defende ainda que para garantir a “harmonia do efeito conjunto desejado” e “realizar belas coisas” é necessário efectuar um estudo atento dos “elementos pertinentes envolvidos em um grande parcelamento, inclusive o aspecto artístico”⁶⁹, abandonar definitivamente o “parcelamento em blocos” e ter em consideração a opinião não só dos técnicos mas também dos cidadãos. Além disso, estes espaços da cidade, sobretudo as praças e os jardins, devem ser repousantes e oferecer protecção não só do sol e dos diferentes elementos climáticos (vento e precipitação), mas também do tumulto e dos ruídos das ruas⁷⁰.

A utilização e vivência dos espaços públicos está também dependente da sua segurança, ou melhor, do sentimento de segurança que transmite.

Segundo o que Jane Jacobs escreve no seu livro *Morte e vida de grandes cidades*⁷¹, o controlo ou vigilância social que ocorre nos espaços exteriores públicos resulta da multiplicidade de contactos sociais que diariamente ocorrem nas ruas da cidade e através dos quais há uma vigilância, individual e colectiva, sobre as actividades e comportamentos dos diferentes intervenientes na vida urbana.

Na realidade, esta vigilância depende do número de pessoas que percorrem os diferentes espaços da cidade, do modo como estas se deslocam – a pé ou de automóvel – e, ainda, do tipo de funções existentes nas áreas adjacentes ao espaço público. Quanto maior a variedade funcional, maior o número de pessoas que são atraídas ao local e, conseqüentemente, mais eficazes será a vigilância.

⁶⁸ Idem, *op. cit.*, pág. 171.

⁶⁹ Idem, *op. cit.*, pág. 164.

⁷⁰ Idem, *op. cit.*, pág. 164.

⁷¹ Jacobs, J. (2000). Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes.

Associada à segurança está a “legibilidade” e a “permeabilidade”. A “legibilidade” é a “facilidade com a qual as partes [da cidade] podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente”⁷². Desta forma, quanto mais acessível for a leitura da cidade, mais clara é a imagem que cada indivíduo tem dela, o que permite uma melhor orientação e deslocação na urbe e, também, mais confiança e segurança.

Por seu lado, a “permeabilidade” depende do número de percursos alternativos para a deslocação das pessoas no espaço urbano. Assim, quanto maior esta for, maior será a intensidade do movimento urbano e a diversidade de comportamentos de deslocação, proporcionando aos transeuntes uma maior segurança.

A “legibilidade” e a “permeabilidade” vão, ainda, facilitar a mobilidade intencional ou espontânea dos indivíduos através dos espaços públicos, garantindo a continuidade na cidade.

Em suma, os espaços públicos para continuarem a ser locais por excelência de socialização, de comunicação, de troca, de descanso e lazer têm necessariamente que ser locais agradáveis e harmoniosos, onde cada indivíduo se sinta confortável e seguro; espaços com grande “legibilidade” e “permeabilidade” que permitam além de segurança, uma fácil mobilidade e a continuidade dos diferentes percursos da cidade; locais de inclusão e de coesão social, onde sejam salvaguardados os interesses e as necessidades de todos os que utilizam a cidade e os seus espaços públicos.

Além disso, hoje é importante que estes espaços sejam entendidos como lugares emergentes de novas culturas e práticas urbanas, em equilíbrio com o ambiente, destinados a contribuir para uma melhoria da qualidade de vida urbana e para a reanimação da vida pública.

⁷² Lynch, K. (1960). A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70, pág. 13.

Os espaços públicos devem ainda ter um papel unificador na cidade, ligando o “antigo” ao “novo” de forma a que não ocorram processos de segregação.

1.3 A morfologia urbana das cidades portuguesas

Ao observar as cidades portuguesas verificamos que estas apresentam características morfológicas muito particulares. Vários autores, dos quais se destacam José M. Fernandes, Manuel Teixeira e Margarida Valla, salientam que esta particularidade das formas urbanas das nossas cidades se deve a múltiplos factores, relacionados, na maior parte das vezes, com os seguintes aspectos: as diferentes influências e concepções de espaço que estão na origem da cultura urbana portuguesa; a escolha dos locais para a implantação dos núcleos iniciais dos aglomerados urbanos; a íntima articulação dos traçados das cidades com as particularidades topográficas locais; a localização de edifícios singulares de acordo com a topografia, e o importante papel destes edifícios na estruturação dos traçados urbanos; a lenta estruturação formal das praças urbanas, associadas a diferentes núcleos geradores e a funções distintas; a permanência da estrutura de loteamento e das tipologias de construção a ela associadas; o processo de planeamento e de construção da cidade portuguesa, que é sempre projectada no sítio e com o sítio.

Para explicar as múltiplas referências e formas urbanas presentes na cidade portuguesa, Manuel Teixeira e Margarida Valla⁷³ referem a existência de componentes de natureza vernácula e erudita⁷⁴ articuladas, que resultaram respectivamente da influência

⁷³ Teixeira, M. C., Valla, M. (1999). O urbanismo português. Séculos XIII – XVIII. Portugal – Brasil, Livros Horizonte.

⁷⁴ Sendo a *componente vernácula* o resultado de uma “cidade que é construída sem recurso a técnicos especializados e em que se observa uma estreita relação do traçado urbano com as características topográficas dos seus locais de

da “cultura mediterrânica, grega que mais tarde se expressará também através da cultura mulçumana”⁷⁵, e da “cultura romana”.⁷⁶

Cada uma destas componentes vai dar origem a um modelo de cidade distinto. No caso da vernácula, será uma cidade menos regular, estruturada essencialmente a partir de funções e de edifícios singulares, civis ou religiosos, situados em lugares elevados da malha urbana, os quais vão dar sentido e estruturar os espaços urbanos envolventes. Quanto ao modelo de cidade associado à componente erudita, verifica-se que este origina cidades com um traçado regular (ou mais regular), planeadas e construídas de acordo com um projecto, onde é definida uma ordem (geométrica) que estrutura o traçado urbano e define a posição dos diferentes tipos de edifícios e de funções.⁷⁷

implantação”, enquanto a *componente erudita* é a consequência da “participação de técnicos especializados, detentores de um saber intelectual, no desenho da cidade”. (Idem, *op. cit.*)

⁷⁵ Relativamente à influência da *cultura mulçumana*, M. Teixeira e M. Valla afirmam que ainda hoje é possível apercebermo-nos desta influência nos traçados de algumas cidades, acontecendo o mesmo a nível da “permanência de certos hábitos de vida urbana, nomeadamente alguma incapacidade de entender e de usufruir plenamente os espaços abertos da cidade” (*op. cit.*, pág. 19).

⁷⁶ A este respeito, Teixeira e Valla salientam que “na cultura urbana portuguesa cada um dos pólos desta dupla realidade acentua-se ou esbate-se conforme as circunstâncias históricas ou geográficas. Por um lado, temos a cultura marítima, costeira e comercial, o império não territorial do controlo das rotas, que nos vem dos Gregos (...). Por outro lado, temos a cultura territorial e material, o império efectivo do controlo territorial, que nos vem dos Romanos”. Estes autores referem, ainda, que “a cultura urbanística grega está associada a um conceito de espaço arquitectónico e urbano em que o objecto é preponderante: os elementos estruturantes fundamentais do espaço urbano grego são os objectos arquitectónicos, que são pólos aglutinadores e dão sentido aos espaços em volta. A cultura urbana romana, pelo contrário, está associada a um conceito de espaço em que, mais do que os edifícios, é o próprio espaço urbano que é o elemento fundamental, sendo este moldado pelas massas construídas que lhe dão forma”. (*op. cit.*, pág. 18)

⁷⁷ *Ibidem.*

Assim, pode-se afirmar que a concepção espacial da cidade portuguesa está directamente relacionada com o modo, a forma e o momento da construção da própria cidade, ou seja, com as circunstâncias culturais, históricas ou geográficas e, sobretudo, com a existência de um maior ou menor controlo central, associado ao poder⁷⁸.

O certo é que, em resultado da sobreposição e articulação das componentes vernácula e erudita ao longo dos séculos, as nossas cidades são o resultado da “síntese destas duas concepções de espaço”⁷⁹.

1.3.1 A forma urbana das cidades portuguesas

Quando se fala da forma urbana das cidades portuguesas é importante ter presente que a passagem de diferentes povos pelo território continental, desde o século XII a.C., com os Fenícios, até ao século XIII, com os Muçulmanos, deixou, inevitavelmente, marcas nas estruturas urbanas, daí que estejam sempre visíveis características de diferentes culturas urbanas nos traçados urbanos portugueses.

Por outro lado, há a salientar que desde meados do século XIII se verificou uma constante adopção de modelos racionais, promovidos pelo poder. Esta componente erudita foi sobretudo visível nos traçados regulares medievais dos séculos XIII e XIV, nos traçados com influências renascentistas a partir do século XVI, nos traçados urbanos ligados às fortificações do século XVII e nos traçados iluministas do século XVIII. Nos séculos que se seguiram

⁷⁸Relativamente a esta acção do poder político e administrativo, é importante referir que “quanto mais centralizado e mais forte é o poder mais a racionalidade e a geometria se afirma” na cidade, aumentando a regularidade do traçado. (Idem, *op. cit.*).

⁷⁹Idem, *op. cit.*, pág. 18.

esta componente esteve associada, em oitocentos, à continuação da utilização dos traçados barrocos, de que são exemplo as avenidas de Lisboa desenhadas por Ressano Garcia e, na primeira metade do século XX, à influência de um “urbanismo pós-industrial”⁸⁰, visível nos planos resultantes da política desenvolvimentista do Eng. Duarte Pacheco, e à influência do Urbanismo Moderno e da Carta de Atenas.

Façamos aqui uma breve caracterização dos traçados das cidades portuguesas entre os séculos XIII e XX.

Segundo Manuel Teixeira, as cidades medievais planeadas construídas em Portugal nos séculos XIII e XIV apresentavam “um conjunto de quarteirões com uma forma rectangular alongada, cada um deles constituído por uma sucessão de estreitos lotes urbanos paralelos uns aos outros e orientados no mesmo sentido, com uma frente para uma rua principal e outra frente para uma rua de traseiras”⁸¹. Esta disposição paralela das ruas em ruas principais e ruas de traseiras que se alternavam, era cortada por outras vias que as cruzavam perpendicularmente.

Nesta organização ortogonal de ruas e quarteirões, as praças, como afirma o mesmo autor, ou não existiam como tal ou iam se estruturando gradualmente ao longo do tempo.⁸²

⁸⁰ Não só preocupado em encontrar soluções para os problemas que a industrialização trouxe às cidades, mas também com a valorização do desenho urbano. Um “urbanismo científico e estético” (Pelletier, J., Delfante, C. (1969). Cidades e Urbanismo no Mundo. Lisboa: Instituto Piaget, pág. 246).

⁸¹ M. Teixeira e M. Valla, *op. cit.*, pág. 26.

⁸² Segundo M. Teixeira, nesta altura era frequente existirem os *largos* “onde se localizavam os edifícios institucionais mais importantes” e que resultavam “do alargamento da rua (principal), obtido através de um recuo da igreja”; e os *terreiros*, que tinham origem em terrenos residuais entre o perímetro das muralhas e os quarteirões construídos. Este autor, refere ainda que estes logradouros cumpriam originalmente as funções de praça. (Teixeira e Valla, *op. cit.*, pág. 26 e 27)

Estas cidades medievais apresentavam ainda uma outra característica, que era a existência de muralhas defensivas.

A partir dos finais do século XV e durante o século XVI, refere M. Teixeira, ocorreu em Portugal um importante movimento de renovação urbanística⁸³, cujo objectivo era o de modernizar as cidades, e que consistiu fundamentalmente na reforma, alteração e/ou expansão das cidades existentes. Este autor menciona também que, nalguns casos, estas intervenções incidiram na reforma dos espaços públicos das cidades, particularmente na criação de praças, associadas à construção de novos edifícios institucionais, tais como as casas de Câmara, as Misericórdias e as Igrejas Matrizes que constituíram os edifícios estruturantes da maior parte destas praças. Noutros casos, tratou-se da construção de novas expansões urbanas planeadas, em que foram aplicados novos princípios de regularidade e de ordenamento, de influência renascentista⁸⁴.

Este autor diz, ainda, que foram adoptadas no nosso país três tipologias urbanas: o traçado rectilíneo e ordenado das ruas, a construção de praças rectangulares fechadas e a utilização de uma malha urbana ortogonal. Relativamente às estratégias de desenho e de composição urbana, J. Teixeira refere que:

(...) incluíam a simetria, referida a um ou mais eixos; a utilização da perspectiva e o fechamento de vistas através da colocação de edifícios, monumentos ou

⁸³ Este autor, mais do que uma vez, atribuiu este movimento de renovação urbanística em Portugal ao desenvolvimento de uma nova atitude para com o espaço urbano da cidade - influenciada pelos "novos conceitos de espaço urbano ligados à redescoberta da tradição urbana da Antiguidade veiculada pelo Renascimento", que chegaram a Portugal através de vários tratados italianos - e à reforma de leis e normas urbanísticas, iniciadas por D. Afonso V e prosseguidas por D. João II e D. Manuel I, e que deram origem às *Ordenações Afonsinas* e mais tarde às *Ordenações Manuelinas*. (Teixeira e Valla, *op. cit.*, pág. 27, 83)

⁸⁴ Idem, *op. cit.*, pág. 83.

*elementos urbanos significativos no enfiamento de ruas ou de grandes eixos; a utilização do mesmo tipo de elementos como pontos focais de praças ou de espaços urbanos que se viriam a estruturar como praças em torno destes elementos; a integração de edifícios individuais em conjuntos arquitectónicos harmónicos, muitas vezes através do ordenamento e da repetição das fachadas.*⁸⁵

O século XVII trouxe a Portugal novos desafios a nível de intervenções urbanísticas. Por um lado, a Restauração da Independência de Portugal (1640) fez com que muitas cidades tivessem sido alvo de intervenções com o objectivo de reforçar e de melhorar o seu sistema defensivo. E, por outro lado, a necessidade de ocupar e defender os novos territórios ultramarinos implicou a construção de fortes e de novos conjuntos fortificados. Estas intervenções, baseadas nos sistemas que então vigoravam na Europa, tiveram implicações na estrutura urbana das cidades portuguesas.

As cidades seiscentistas, segundo Margarida Valla⁸⁶, apresentavam várias cinturas de fortificação. Uma primeira definida pelas cortinas e pelos baluartes, seguida de outra composta, por exemplo, por fossos e esplanadas. Era, ainda, frequente a existência de fortes, redutos e baterias, implantados na área envolvente ao burgo, que constituíam uma terceira cintura de fortificação e tinham como função dificultar o ataque inimigo. Nestas cidades os edifícios militares localizavam-se junto às muralhas, e ficavam separados do resto da cidade pela estrada de armas que acompanhavam o perímetro das fortificações. Surgiu também a

⁸⁵ Idem, *op. cit.*, pág. 85 e 86.

⁸⁶ Teixeira e Valla, *op. cit.*, pág. 149.

Praça de Armas⁸⁷, que normalmente era independente das restantes praças, destinadas a usos civis.

M. Valla salienta, ainda, que como neste século a preocupação defensiva era dominante, “a intervenção no tecido urbano procurava sobretudo uma relação entre as funções urbanas e militares para que pudessem coexistir dentro do mesmo espaço”⁸⁸.

No século XVIII, a experiência adquirida nos territórios ultramarinos⁸⁹ juntou-se aos princípios racionais iluministas e, em conjunto, transformaram as cidades portuguesas, tornando-as mais racionais e, assim, afastando-as cada vez mais do espaço, do lugar, onde eram implantadas. Manuel Teixeira⁹⁰ salienta que a racionalização do traçado colocou em segundo plano a correcta compreensão do sítio, chegando mesmo ao ponto de em algumas cidades, construídas de raiz, a racionalidade e a abstracção relativamente ao sítio serem totais.

Este autor⁹¹ refere ainda que neste século surgiram cidades construídas com planos regulares, concebidos segundo traçados geométricos, na maior parte das vezes ortogonais, onde a praça aparecia como o elemento central da malha urbana.

O século XIX, “século de charneira, caracterizado pela continuidade da cidade clássica e barroca e pelo aparecimento de

⁸⁷ A Praça de Armas era o “local de exercício e de reunião dos regimentos militares” (*op. cit.*, pág. 153)

⁸⁸ *Idem, op. cit.*, pág. 154.

⁸⁹ É importante não esquecer que a expansão marítima portuguesa para as Ilhas do Atlântico, África, Brasil, Índia e Extremo Oriente constituiu um grande factor de desenvolvimento para o urbanismo português. Na realidade, estes novos territórios, sobretudo os não urbanizados, foram um campo privilegiado a nível da experimentação e do desenvolvimento de traçados regulares em cidades construídas de raiz.

⁹⁰ *Idem, op. cit.*, pág. 285 e 286.

⁹¹ *Idem, op. cit.*, pág. 286.

novas tipologias urbanas que vão preparando a cidade moderna⁹², continuou a distinguir-se pela utilização dos sistemas de traçados regulares, quadrículas, quarteirões, ruas, avenidas e praças, tendo no entanto sido introduzidas algumas inovações tais como jardins, parques, alamedas, passeios públicos e avenidas.

Na realidade, verifica-se que neste século, um pouco por todo o mundo, houve uma tendência para as grandes transformações urbanísticas e para o crescimento das cidades. Na Europa, estas transformações caracterizaram-se essencialmente pela criação de grandes expansões⁹³ e de traçados e renovações que, na maior parte das vezes, destruíram grande parte da malha urbana existente⁹⁴. Os centros das cidades foram modernizados e as cidades fortificadas viram as suas muralhas serem demolidas. Abriram-se grandes avenidas, construíram-se sistemas de drenagem de águas e de recolha de esgotos, criaram-se grandes praças e jardins. Este processo, que acabou por ser de destruição e de renovação, não só marca a segunda metade do século XIX, como prolongou-se pelo século XX até à Segunda Guerra Mundial.

Portugal, naturalmente, não ficou indiferente a todo este processo e as principais cidades portuguesas passaram, assim, a ser de algum modo “subjugadas” pelo progresso e pelo cosmopolitismo, sendo Paris o principal modelo da época.

Nas primeiras décadas do século XX, com a influência da “urbanística Formal”, do urbanismo Moderno e da Carta de Atenas, continuou-se a assistir à renovação dos centros históricos e à conservação parcial e limitada, isto é, descontextualizada do seu conjunto, de monumentos e de partes dos centros urbanos.

⁹² J. Lamas, *op. cit.*, pág. 203 e 204.

⁹³ Expansões que foram, em parte, motivadas pela generalização da utilização do automóvel que aumentou e facilitou a mobilidade da população.

⁹⁴ O Plano de Haussmann para a cidade de Paris é, sem dúvida, um dos melhores exemplos.

A partir dos anos 60, com a revalorização do património, assistiu-se à redescoberta do centro da cidade e dos bairros antigos. Surgindo, assim, todo um movimento de reestruturação, remodelação, reabilitação, melhoramento do habitat, salvaguarda e restauro, que ainda hoje se faz sentir nas nossas cidades.

No entanto, nas últimas décadas tem sido cada vez mais notória a globalização das cidades. A transição da sociedade industrial para a sociedade do conhecimento tem vindo a traduzir-se numa profunda alteração dos processos e formas de urbanização e de ocupação do território. Algumas cidades portuguesas começam a mostrar sinais desta mutação, tornando-se aos poucos cada vez mais “globalizadas”, ou seja, “indiferentes ao local”⁹⁵.

Em suma, como diz M. Teixeira⁹⁶, é possível afirmar que, de um modo geral, a cidade portuguesa foi uma cidade com grande coerência interna, resultante de uma prática urbanística que, embora articulada com a cultura europeia, não se limitou a reproduzir modelos abstractos, tendo procurado responder à realidade material e cultural de cada situação.

No entanto, é importante salientar que a partir da segunda metade do século XIX, com o prevalecimento da racionalização das cidades, a crescente abstracção relativamente aos espaços onde estas se implantam e a renovação do centro das cidades, a “originalidade” da cidade portuguesa parece ter começado a ficar ameaçada. No século XX, ainda que a partir da década de 60 tenha surgido uma nova preocupação com o património e, consequentemente, com a “cidade antiga”, o certo é que algumas cidades portuguesas continuaram a transformar-se e a adquirir formas cada vez mais “globalizadas”.

⁹⁵ Brandão, P. (2006). A cidade entre desenhos. Profissões do desenho, ética e interdisciplinaridade. Lisboa: Livros Horizonte, *pág.*

⁹⁶ Teixeira e Valla, O Urbanismo Português, séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil.

1.3.2 Os primeiros núcleos urbanos construídos fora do território continental – o exemplo das cidades das Ilhas Atlânticas

A expansão marítima portuguesa teve início no século XV com a descoberta e ocupação dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Com a colonização destes arquipélagos, de onde se destaca o da Madeira dado que foi o primeiro a merecer uma ocupação efectiva, estes transformaram-se em áreas pioneiras de experimentação e depois de modelo de referência. A urbanização destes territórios insulares, enquanto primeiras experiências fora de Portugal Continental, não constituiu uma excepção, destacando-se como exemplos as cidades do Funchal, de Ponta Delgada, da Horta e de Angra do Heroísmo.

Nestas cidades das Ilhas Atlânticas é possível verificar e confirmar a capacidade que os portugueses tinham em compreender e articular as suas cidades com o território. M. Teixeira⁹⁷ explica que a partir de um modelo de referência, que eram as cidades construídas em território continental, os colonos e, posteriormente, os técnicos de arruação foram adaptando, de um modo quase intuitivo, esse modelo às características de cada lugar. O autor afirma ainda que, “apesar da diversidade de condições locais e da forma aparentemente casual como estes núcleos urbanos eram construídos, a tradição urbana que lhes estava na base era suficientemente forte para assegurar uma identidade e uma coerência formal bastante fortes entre todas elas”⁹⁸.

Todas estas cidades insulares apresentam características morfológicas semelhantes, o que é sobretudo visível na sua localização junto à costa, na escolha do sítio para a implantação do núcleo original e no traçado das ruas. O certo é que, de um

⁹⁷ Teixeira e Valla, *op. cit.*, pág. 48

⁹⁸ *Ibidem*.

modo geral, nestas ilhas os núcleos urbanos primitivos eram implantados em baías abrigadas e com boa capacidade de defesa. Além disso, era comum estes núcleos urbanos desenvolverem-se, inicialmente, ao longo de um caminho paralelo ao mar, que ligava o núcleo de ocupação primitiva à casa do donatário ou a uma capela localizada num dos extremos deste caminho. Numa fase posterior, iam surgindo ruas paralelas e perpendiculares à primitiva, por onde os núcleos se expandiam.



1. A semelhança das características morfológicas das cidades insulares – Planta das fortificações, e Bahia da Ilha do Faial, 1804 (Teixeira e Valla, O urbanismo português. Séculos XIII – XVIII. Portugal – Brasil, pág. 59); pormenor do Plan of the Town of Funchal By Cpt. Skinner, 1775 (C.M.F.F.)

M. Teixeira faz a seguinte síntese relativamente ao modo como, inicialmente, estas cidades insulares se estruturaram e evoluíram:

Numa primeira fase a estrutura de ocupação era essencialmente condicionada pelas condições físicas do território: o núcleo de ocupação primitivo implantava-se num local com boas condições de defesa e boas condições como porto natural, e a primeira rua, que viria a tornar-se a principal, acompanhava a curvatura da baía. A estrutura de

*ocupação que daí resultava era essencialmente linear. Numa fase subsequente, desenvolviam-se uma ou duas outras ruas, paralelas à primeira e a curta distância desta para o interior. Apoiando-se nesses eixos fundamentais, construíam-se perpendicularmente a eles algumas ruas transversais de pequena dimensão que os ligavam. Estruturava-se assim um pequeno número de quarteirões, de forma sensivelmente rectangular, que se dispunham na sua maior dimensão paralelamente à linha da costa e que constituíam a primeira fase de urbanização.*⁹⁹

O mesmo autor diz ainda que:

*Nas fases seguintes de desenvolvimento urbano das cidades insulares, eram construídas ainda outras ruas paralelas à rua primitiva que se desenvolvia ao longo da costa. No entanto, dada a distância cada vez maior a que cada uma das ruas era traçada relativamente às anteriores, os quarteirões formados por elas e pelas transversais eram agora mais alongados e dispunham-se perpendicularmente ao mar. Se bem que os grandes eixos estruturantes da cidade continuassem a ser as ruas paralelas à linha de costa, as ruas que as cruzavam e se dispunham perpendicularmente ao mar tendiam a adquirir uma importância crescente na estrutura da cidade, tornando-se progressivamente a direcção dominante do traçado.*¹⁰⁰

E acrescenta que “a inovação nos traçados urbanos destas cidades observa-se a partir das primeiras décadas do século XVI”,

⁹⁹ Idem, *op. cit.*, pág. 49.

¹⁰⁰ Idem, *op. cit.*, pág. 50.

sobretudo quando são construídas “novas zonas de expansão” e/ou é feita a reestruturação de algumas “partes centrais da malha urbana”¹⁰¹.

No caso específico do Funchal, é nos finais do século XV, início do século XVI, que ocorre a primeira “modernização” da então vila¹⁰². Na verdade, data de 13 de Setembro de 1484 a carta onde o Duque D. Manuel mostra a preocupação em saber “has cousas que som necessareas aesta villa”¹⁰³, tendo posteriormente o futuro monarca mandado fazer a “ygreja do funchall”¹⁰⁴ e “praça E camara E paaço de tabaliãees E picota”, no “lugar mais conveniente e no meio da povoação”¹⁰⁵. É, ainda, sob o governo deste monarca que é construído no Funchal um novo sector da malha urbana, composto por um conjunto de quarteirões organizados segundo uma estrutura ortogonal regular.

D. Manuel I teve um papel muito importante no crescimento e na modernização do Funchal no final de quatrocentos, início de quinhentos. Na realidade, é o próprio Gaspar Frutuoso que nos diz que o Funchal “sempre foi vila até o tempo de el-Rei Dom Manuel, que a fez cidade e a acrescentou, e enobreceu com obras que nela mandou fazer”¹⁰⁶.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² O Funchal só é elevado à categoria de cidade em 1508.

¹⁰³ Doc. nº 90, 13 de Setembro de 1484, *Carta do duque em que manda que Requerem has cousas que som necessareas aesta villa* – Arquivo Distrital do Funchal (1972). Arquivo Histórico da Madeira. Boletim do Arquivo Distrital do Funchal., Vol. XV, Funchal: D.R.A.C., pág. 139 e 140.

¹⁰⁴ Doc. nº 95, 22 de Março de 1485, *Apontamentos del Rey dom manuell Sendo Duque pera esta ylha Da madeyra* - in *op. cit.*, pág. 147 a 156.

¹⁰⁵ Doc. nº 112, 3 de Outubro de 1486, *Carta do duque em que manda fazer praça E camara E paaço de tabaliãees E picota em esta vila* – in *op. cit.*, Vol. XVI, 1973, pág. 200 e 201.

¹⁰⁶ Frutuoso, G. (1584). Livro Segundo das Saudades da Terra. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, pág. 98.

Assim, e no seguimento da análise do que escreve M. Teixeira, podemos afirmar que estas “obras”, devido às suas características e ao modo como foram implementadas, podem ser consideradas uma inovação na prática urbanística portuguesa não só porque a praça junto à igreja, neste caso a Sé, e a nova malha urbana passam a ser um espaço urbano regular planeado¹⁰⁷ mas, sobretudo, porque resultam de uma acção deliberada, ou seja, de uma estratégia de desenvolvimento e de modernização urbana.

A cidade de Angra do Heroísmo é outro exemplo onde estes princípios foram aplicados. Esta cidade, que apresenta características topográficas e de desenvolvimento distintas das suas congéneres, vai a partir da primeira metade do século XVI estruturar-se segundo um traçado regular inovador onde são explorados conceitos e formas urbanas com influência renascentista.

M. Teixeira, nos seus textos, deixa passar a convicção de que foi nestas cidades dos Arquipélagos da Madeira e dos Açores que se fez a síntese entre a prática do planeamento medieval e os princípios teóricos emergentes do urbanismo renascentista. O mesmo afirma que é com estas cidades, e em particular com a cidade de Angra do Heroísmo, “que se inicia a inovação e a experimentação urbanística” que nos séculos seguintes se irá desenvolver em Portugal Continental, no Brasil e no Oriente¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Segundo M. Teixeira, as praças das igrejas deixam de ser um espaço residual que resultava do encontro de várias ruas ou então de um espaço situado à margem da malha urbana edificada. A estrutura de ruas também deixa de ser medieval e passa a ser constituída por lotes orientados para as quatro frentes do quarteirão, que vão criar uma estrutura de ruas mais urbana, sendo a hierarquia “feita pelo seu perfil, pelas funções e pela arquitectura dos edifícios que nelas se vêm construir”. (Teixeira e Valla, *op. cit.*, pág. 315)

¹⁰⁸ Idem, *op. cit.*, pág. 50.